

**Aldimara Catarina Brito Delabona
Boutin**



Universidade Estadual de Ponta Grossa
(UEPG)

audiboutin@hotmail.com

Simone de Fátima Flach



Universidade Estadual de Ponta Grossa
(UEPG)

eflach@uol.com.br

A MANIPULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AS OCUPAÇÕES ESCOLARES NO PARANÁ

RESUMO

A partir de pesquisa bibliográfica e documental e sob a luz do materialismo histórico e dialético, em especial dos escritos do pensador italiano Antonio Gramsci, este artigo tem por objetivo apresentar análise acerca do posicionamento político ideológico adotado pelo jornal paranaense *Gazeta do Povo* sobre o movimento de ocupações escolares secundaristas ocorrido no ano de 2016. Para tanto, o texto descreve os principais acontecimentos, ações e estratégias adotadas pelos jovens secundaristas no processo de ocupações das escolas paranaenses e identifica concepções evidenciadas em publicações jornalísticas. Conclui-se que os textos jornalísticos interferiram na opinião pública de forma a coibir a manifestação juvenil por meio de uma estratégia de conquista das massas que privilegiou a difusão de ideias e princípios alinhados ao discurso do governo e de movimentos conservadores, assim contribuindo para a hegemonia da classe dominante.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Ocupações de escolas públicas. Opinião pública.

MANIPULATION OF THE PUBLIC OPINION ON SCHOOL OCCUPATIONS IN PARANÁ

ABSTRACT

Based on bibliographic and documentary research and under the light of historical and dialectical materialism, especially from the writings of the Italian thinker Antonio Gramsci, this article aims to present an analysis on the ideological political position adopted by the newspaper *Gazeta do Povo* from Paraná, Brazil, about the movement of secondary school occupations occurred in the year 2016. To this end, the text describes the main events, actions and strategies adopted by high school youth in the process of occupation of schools in Paraná and identifies concepts evidenced in journalistic publications. It is concluded that the journalistic texts interfered in the public opinion in order to curb the youth demonstration through a strategy of conquest of the masses that favored the diffusion of ideas and principles aligned with the discourse of government and conservative movements, thus contributing to the hegemony of the ruling class.

Keywords: Student movement. Public school occupations. Public opinion.

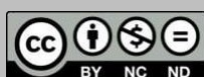
Submetido em: 22/05/2020

Aceito em: 31/01/2021

Publicado em: 26/06/2021



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2021v13n31p401-423>



1 INTRODUÇÃO

Em diferentes momentos históricos, grupos de jovens brasileiros realizaram ações de enfrentamento e de oposição a diferentes arranjos políticos e determinações estabelecidas. Em suas pautas de lutas e de reivindicações, fizeram-se presentes demandas, tais como: a defesa das riquezas nacionais; a libertação dos escravos; a defesa da república e da democracia, em oposição ao fascismo; a luta pela ampliação dos direitos políticos e sociais. (POERNER, 1979; MENDES JR., 1982; FÁVERO, 1995; SANFELICE, 2008)

No entanto, a defesa da educação pública de qualidade foi o tema que imprimiu identidade às lutas estudantis nas diferentes conjunturas históricas, especialmente na segunda década do século XXI, momento em que o posicionamento a respeito das decisões centralizadas e verticalizadas para o ensino ganhou centralidade nas manifestações estudantis. As ocupações de escolas públicas, universidades e Institutos Federais de Educação, ocorridas no ano de 2016, foram desencadeadas como forma de protestos em relação às ações governamentais, tanto nas esferas estaduais, quanto federal, principalmente quando tais ações visaram abreviar direitos e conquistas sociais.

As ocupações escolares de 2016, além de trazerem para a cena de debates os limites das políticas públicas, fomentaram a reflexão social sobre a precariedade da educação pública, alimentaram opiniões, inspiraram narrativas e disputaram a centralidade em noticiários dos meios de comunicação de massa.

No estado do Paraná, o mais robusto meio de comunicação é o Jornal “Gazeta do Povo”, o qual divulgou, em sua página digital, durante o período das ocupações escolares, um total de 94 publicações (matérias, notícias ou editoriais de opiniões) sobre a temática - cerca de três por dia -, fato que revela a ênfase dada pelo jornal sobre o referido assunto.

Tendo como fundamento teórico os escritos de Antonio Gramsci (2014, 2016), o qual expõe sobre o alinhamento da mídia para a construção do consenso necessário para manter a hegemonia de um grupo ou classe social, e tomando por base o destaque dado ao movimento de ocupações escolares de 2016, este artigo é norteado pelo seguinte questionamento: Qual foi o posicionamento do Jornal “Gazeta do Povo” sobre as ocupações escolares de 2016? Para tanto, o texto tem por objetivo apresentar análise acerca do posicionamento político ideológico adotado pelo jornal paranaense “Gazeta do Povo” sobre o movimento de ocupações de 2016. A análise está baseada em pesquisa

bibliográfica e documental, tendo como objeto de análise as publicações do referido jornal.

Estruturalmente, o artigo encontra-se dividido em quatro sessões. Na primeira, apresentamos algumas considerações sobre a perspectiva político-ideológica adotada pelo referido Jornal ao longo de sua trajetória no ramo da comunicação. Na segunda, abordamos a organicidade dos jovens no movimento de ocupações secundaristas de 2016, destacando as ações governamentais que inspiraram as suas ações e os protestos estudantis. A terceira, a partir do pensamento de Antonio Gramsci, trata do papel da mídia na formação da opinião pública e na construção de um consenso alinhado à hegemonia dominante. A última sessão, “O posicionamento do jornal ‘Gazeta do Povo’ sobre o movimento de ocupações escolares”, analisa as 94 publicações sobre a temática.

Por fim, apontamos que O Jornal “Gazeta do Povo” não foi imparcial no trato dos acontecimentos, **visto que suas publicações contribuíram para o fortalecimento das ações governamentais que visavam desmoralizar o movimento**, dando voz aos sujeitos e às entidades que objetivavam desmobilizar o movimento.

2 PERSPECTIVAS POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DO JORNAL “GAZETA DO POVO”

O Jornal Gazeta do Povo é um veículo de comunicação paranaense, com circulação diária em formato digital, sediado na capital do Estado, pertence ao Grupo Paranaense de Comunicação – (GRPCOM)¹, do qual fazem parte jornais e emissoras de rádio e televisão afiliadas à Rede Globo. Considerado o maior e mais antigo jornal do Estado do Paraná em circulação, o Gazeta do Povo foi fundado na cidade de Curitiba, no dia 03 de fevereiro de 1919 pelos advogados Benjamin Lins e Oscar de Plácido e Silva, naturais dos Estados da Paraíba e Alagoas. (LIMA; FERNANDES; DALLA COSTA, 2019)

Na compreensão de Santos (2015), desde o início de suas atividades jornalísticas, o Jornal “Gazeta do Povo” esteve vinculada aos interesses políticos econômicos dominantes. A autora argumenta que em seu lançamento, o editorial é contraditório, pois ao mesmo tempo em que se posiciona pela imparcialidade jornalística aponta para os “interesses da sociedade através do conhecimento de fatos relevantes, bem como das práticas do Estado que interferem na vida cotidiana” (SANTOS, 2015, p. 95). Esse

¹ Além do Jornal “Gazeta do Povo”, também fazem parte do grupo GRPCOM: o Jornal Tribuna do Paraná; as emissoras de rádio, 98 FM, Mundo Livre FM e Cultura FM e a Rede Paranaense de Comunicação – (RPC) com oito emissoras afiliadas à Rede Globo de televisão.

posicionamento corroborou com o apoio jornalístico favorável à candidatura de Ruy Barbosa à presidência da república no Brasil.

Santos (2015), ainda confere ênfase à postura do Jornal “Gazeta do Povo” em favor do movimento paranista² durante as últimas décadas do século XIX, após a emancipação do Estado do Paraná perante São Paulo, em 1853. Esse movimento era encabeçado pelas elites intelectuais do Estado, com o objetivo da construção da identidade simbólica do povo paranaense, por meio da exaltação de sua cultura, dos aspectos ligados à tradição e à história do Estado (SANTOS, 2015).

No que se refere a atual conjuntura, Martins (2018) tece considerações sobre a perspectiva político-ideológica conservadora adotada pelo Jornal “Gazeta do Povo”. O autor enfatiza que até o ano de 2015 o jornal era um veículo de informação de considerável importância em todo o Paraná, mas pouco conhecido fora do Estado (MARTINS, 2018). Contudo, a visibilidade nacional ocorreu quando o jornal passou a assumir uma postura alinhada a grupos que compõem a direita³ (MARTINS, 2018).

O atual presidente do grupo que edita o Jornal “Gazeta do Povo” e também dono da Rede Paranaense de Comunicação, Guilherme Doring Cunha Pereira, justificou que o “[conservadorismo adotado pela Gazeta] tem uma ressonância com parte importante da população brasileira, que não encontrava outros veículos com idêntico posicionamento” (PEREIRA *apud* MARTINS, 2018, on-line), declarando que “isso é uma riqueza também do ponto de vista estratégico”, pois “o posicionamento [conservador] adquiriu status especial. [...]” (PEREIRA *apud* MARTINS, 2018, on-line).

Das ações desenvolvidas por Cunha Pereira para dar visibilidade ao conservadorismo, Martins (2018, on-line) destaca o site “Sempre Família”, o qual, na ocasião das eleições de 2018, incentivou protestos à esquerda, elencou uma série de motivos e justificativas “para católicos não levarem seus filhos às passeatas

² O principal representante do movimento paranista é o historiador Romário Martins, autor da obra, História do Paraná de 1899. Batistella (2012) destaca que essa obra é considerada uma das fundadoras da historiografia paranaense, se caracterizando por influenciar a elite intelectual do Estado na empreitada de construir uma identidade para o povo paranaense, a qual excluía o africano do processo de miscigenação da raça e reforçava o eurocentrismo.

³ A dicotomia entre direita e esquerda no Brasil pode ser evidenciada da seguinte forma: enquanto a direita pode ser caracterizada como o “conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático luta, sobretudo para assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo” a esquerda se propõe a “arriscar a ordem em nome da justiça” (BRESSER-PEREIRA, 2006, pp. 26). Assim, enquanto a esquerda tem a justiça social e a superação da desigualdade como objetivos, a direita assume posicionamento de defesa do estado mínimo, da manutenção da ordem pública e do mercado como regulador da vida social. Atualmente, a direita se mostra renovada (nova direita) e agrega grupos que caracterizados como neoliberais, populistas autoritários e moralistas judaico-cristãos, dentre outros que assumem posturas conservadoras e reacionárias.

promovidas por mulheres contra Jair Bolsonaro sob o bordão #elenão e colocou figuras como Magno Malta e Eduardo Bolsonaro numa lista de defensores da vida”. O “Sempre Família” também criou o “Vota Família”, o qual era “ilustrado com a foto de uma família de pessoas brancas e de cabelos claros” (MARTINS, 2018, on-line) e tinha como objetivo indicar as propostas de “candidatos e partidos políticos sobre temas morais importantes para a instituição familiar” (MARTINS, 2018, on-line). Essas propostas, obviamente precisavam assumir posicionamento desfavorável a temas como o casamento *gay*, homossexualidade, discussões de gênero, etc.

No ano de 2017 o Jornal “Gazeta do Povo” assumiu o formato digital, com um time de colunistas vinculados, direta ou indiretamente, a grupos da direita ultraconservadora, como Rodrigo Constantino, Ricardo Amorin, Leandro Narloch, Guilherme Fiuza, Bruno Garschagen. Da equipe de jornalistas, redatores e colunistas que compunha o jornal, Rogério Galindo, assumia um posicionamento político alinhado à “esquerda democrática” e nas eleições de 2018, à frente da coluna e blog Caixa Zero, teve um papel importante, desenvolvendo análises críticas dos eventos políticos radicais conservadores que, naquele momento histórico, vinham ganhando corpo e dimensão no Brasil. A Federação Nacional dos Jornalistas - (FNJ) – (FNJ, 2018)⁴, compreende que esse posicionamento contribuiu para a demissão de Galindo que esteve durante 18 anos no Jornal “Gazeta do Povo”.

O referido jornal também expressou o seu alinhamento às perspectivas políticas conservadoras implementando em 2017 um “Monitor de doutrinação”, que visava receber denúncias de professores que estivessem desenvolvendo práticas de doutrinação ideológica nas escolas públicas do país (MARTINS, 2018). Embora o “Monitor de doutrinação” tenha ficado no ar por apenas quatro dias, devido intensa repercussão dos profissionais do ensino, sindicatos representantes da categoria e demais entidades da sociedade civil, a ferramenta pode ser identificada como uma ação vinculada a um jornalismo atrelado aos interesses de grupos conservadores.

Contudo, mesmo tendo clareza da presença de elementos da perspectiva ideológica conservadora em textos jornalísticos, o posicionamento do Jornal “Gazeta do Povo” durante o movimento de ocupações escolares no Brasil, no ano de 2016, precisa ser exposto, visto que o mesmo interferiu significativamente na opinião pública sobre os motivos e objetivos da insurreição estudantil. Para contextualizar os fatos ocorridos, a

⁴ Disponível em: <https://fenaj.org.br/demissao-de-rogerio-galindo-viola-liberdade-de-manifestacao-e-pensamento/>. Data de acesso: 21/05/2020.

seguir apresentamos algumas considerações sobre o movimento de ocupações secundaristas ocorrido em 2016.

3 O MOVIMENTO DE OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS DE 2016

Os acontecimentos que permearam o Golpe de 2016 contribuíram para o acirramento das disputas sociais e políticas na sociedade brasileira, polarizando as ideologias sob as quais se assentam diferentes visões de mundo. Os estudantes brasileiros não ficaram imunes a tais acontecimentos, pois puderam demonstrar toda sua insatisfação e luta contra as ações governamentais que tiveram como mote a restrição de direitos sociais.

No bojo dessas ações, destacaram-se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016 (BRASIL, 2016b)⁵ e a Medida Provisória (MP) nº 746/2016 (BRASIL, 2016a)⁶, lançadas por Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro – (MDB) logo que assumiu a Presidência da República. No caso da PEC 241/2016, o objetivo era a adoção de medidas de ajustes fiscais, como o congelamento de gastos públicos por um período de 20 anos em áreas sociais como a educação e a saúde e a Medida Provisória 746/2016 visava alterar dispositivos da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), impondo uma reforma à organização do Ensino Médio, sem qualquer debate com os sujeitos afetados pela medida.

A adoção dessas políticas impulsionou uma série de reivindicações de setores da sociedade, principalmente de educadores e de estudantes. Em relação aos estudantes, os fatos vividos deram continuidade a uma estratégia de enfrentamento já vivido anteriormente: a ocupação de espaços escolares no ano de 2015.

Segundo Groppo (2018), as ocupações ocorreram em dois momentos distintos, denominados de “Primeira” e “Segunda Onda”. A “primeira onda de ocupações” ocorreu entre dezembro de 2015 e julho de 2016, quando estudantes secundaristas se opuseram às políticas educacionais propostas por governos estaduais ou em apoio a movimentos grevistas dos docentes. Essa primeira onda ficou restrita aos estados de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará (GROPPO, 2018, p. 93-98). Os estudantes paulistas foram precursores dessa “primeira onda” em razão do enfrentamento da medida de reorganização escolar, imposta pelo governo estadual, a qual previa o “[...] fechamento de quase 100 escolas de ensino médio, a transferência de centenas de

⁵ A PEC Nº241/2016 foi aprovada e transformada em Emenda Constitucional (EC) Nº 95/2016.

⁶ A MP Nº 746/2016 foi aprovada com alguns ajustes e se transformou na Lei Nº 13.415/2017.

milhares de estudantes entre escolas da rede e a mudança de ciclos em mais de 700 escolas” (GROPPO, 2018, p. 94).

Em Goiás, as ocupações de 27 escolas tiveram como fato desencadeador a terceirização da gestão de escolas públicas para a Polícia Militar (PM). No Rio de Janeiro, as ocupações derivaram da greve docente e discente em razão dos cortes de recursos para a educação e atingiram 70 escolas. No Rio Grande do Sul, 150 escolas foram ocupadas em razão de proposta de terceirização e, no estado do Ceará, 60 escolas foram ocupadas em razão de reivindicação por melhoria na infraestrutura e merenda escolar (GROPPO, 2018).

A “segunda onda de ocupações”, sobre a qual analisamos o posicionamento adotado pelo jornal “Gazeta do Povo”, ocorreu em 2016 e foi desencadeada em resposta às medidas políticas do Governo Federal, em especial a MP nº 746/2016 e a PEC nº 241/2016. Groppo (2018) afirma que a segunda onda se diferenciou da primeira em virtude de que, iniciada no estado do Paraná, ultrapassou o caráter local e se espalhou por distintas regiões e instituições de ensino brasileiras. Na segunda onda, iniciada por estudantes secundaristas, tanto escolas de Ensino Médio quanto Universidades, Institutos Federais e Núcleos de Educação foram cenários de luta; desse modo, o movimento incorporou demandas internas de cada instituição de ensino, seja de ensino profissionalizante ou superior. (GROPPO, 2018)

O marco inicial da “segunda onda de ocupações” (GROPPO, 2018, p. 104) ocorreu em 3 de outubro de 2016 no Colégio Estadual Arnaldo Jansen, em São José dos Pinhais, o qual permaneceu sob o controle dos estudantes durante 32 dias. O Paraná foi o Estado com maior número de instituições de ensino ocupadas, foram 850 escolas, 14 universidades e três núcleos regionais de educação (OCUPA PARANÁ, 2016). O estado de Minas Gerais foi o segundo com maior índice de ocupações, totalizando 48 escolas ocupadas, em um cenário de lutas e protestos. Em âmbito nacional, os dados da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES, 2016) informam que foram ocupadas cerca de 1.197 instituições públicas de ensino.

D’Ávila (2018) amplia as reflexões em relação às pautas das ocupações, destacando que estudantes adicionaram aos protestos a oposição aos projetos de lei referentes ao programa “Escola sem partido”. Tais projetos de lei tramitavam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e visavam incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 uma educação sem doutrinação ideológica, ou seja, caso aprovados, iriam interferir na relação ensino e aprendizagem, pois coibiriam

qualquer discussão de cunho político ou referente a assuntos que conflitassem com as perspectivas políticas, religiosas ou ideológicas das famílias dos alunos.

Grosso (2018, p. 107) menciona que no estado do Paraná as ocupações incorporaram pautas locais às reivindicações nacionais, como “os problemas da educação pública no estado, como contratos temporários e precários de professores, problemas de estrutura física das escolas e relações tensas entre o governo e os profissionais da educação”. Em outros estados brasileiros, os ocupas articularam críticas relacionadas às políticas do Governo Federal com a realidade vivenciada nas instituições de ensino.

Desse modo, as ocupações estudantis podem ser compreendidas como formas de resistência e reação a um projeto liberal conservador que visa o desmonte da educação e dos direitos sociais no Brasil e também ao descaso e abandono dos governantes para com as instituições públicas de ensino. Para confrontar o cenário posto, os estudantes se apropriaram de ações e estratégias que fomentavam o debate e a reflexão sobre a educação e os limites das políticas educacionais atualmente em curso. Durante o processo de ocupação, foram realizados eventos culturais e palestras com profissionais vinculados a diferentes áreas do conhecimento, além de aulas públicas, oficinas temáticas, entre outras atividades cujo objetivo era ampliar a visão de mundo dos estudantes.

As instituições ocupadas permaneceram sob o comando dos estudantes, de forma independente, sem a interferência de adultos, professores ou de outros profissionais. Durante o tempo que transcorreram as ocupações, os estudantes geriram o espaço escolar, organizaram as agendas e informes do movimento, estruturaram as atividades a serem realizadas, sistematizaram o funcionamento das comissões temáticas, dentre as quais, as mais comuns eram: da alimentação, segurança, limpeza e comunicação e realizaram assembleias com o objetivo de coletivamente decidir e debater os encaminhamentos do movimento (D'ÁVILA, 2018).

As redes sociais e mídias digitais foram usadas como recursos para a comunicação, para a divulgação das atividades realizadas nas instituições ocupadas, campanhas de doações e também como estratégia para angariar apoio popular ao movimento (D'ÁVILA, 2018). Contudo, essas mídias não foram os únicos recursos usados, pois os estudantes escreveram cartas, manifestos de oposição às reformas educacionais, além de exporem, nas fachadas das escolas ocupadas, cartazes e faixas com conteúdos de repúdio ao novo Ensino Médio e à PEC 241/2016.

As ocupações de modo geral se desenvolveram de forma pacífica e sem conflitos. No entanto, o assassinato de um estudante de 16 anos, que não participava do movimento, mas no dia 24 de outubro estava na Escola Estadual Santa Felicidade em Curitiba, fermentou as críticas da oposição em relação ao movimento (GROPPO, 2018). Esse fato se converteu em um ingrediente a mais para alimentar os argumentos de movimentos sociais conservadores, como o Movimento Brasil Livre – (MBL) que organizou o grupo “Desocupa Paraná” com o objetivo de desqualificar os jovens que participavam dos protestos, do governo do Estado, da comunidade e de outros segmentos da sociedade civil.

Pacheco (2018, p. 115) destaca que a empreitada de construir uma imagem negativa e com isso desmobilizar, desqualificar e enfraquecer as ocupações, foi nutrida especialmente pela “mídia hegemônica”⁷, que de forma geral assumiu posição “seletiva e tendenciosa” (p. 116) às ocupações, veiculando notícias sobre “a falta de discernimento dos ocupantes, o prejuízo causado pelo remanejamento e sobre o adiamento de provas [...] como o Exame Nacional do Ensino Médio, bem como afirmaram que havia falta de organização do processo de ocupação” (PACHECO, 2018, p. 115).

Esse posicionamento demonstra que a imprensa não atua de forma neutra ou desinteressada, mas suas ações são meticulosamente planejadas de modo a “[...] modificar a opinião média de determinada sociedade”. (GRAMSCI, 2001, p. 208). Assim sendo, o que está em pauta neste jogo de interesses é a criação de um novo senso comum, alinhado a um projeto de conservação societária. Em se tratando da atividade jornalística, Gramsci (2001) acentua que os jornais fazem parte de uma estrutura político e ideológica cuja capacidade é “[...] organizar e difundir determinados tipos de culturas” (GRAMSCI, 2001, p. 32), as quais são essenciais para a estrutura social em determinado período histórico. Sobre essa questão, aprofundaremos a discussão na seção seguinte.

4 O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DO CONSENSO

De acordo com Marx e Engels (2009) as ideias norteadoras de uma determinada conjuntura histórica representam os anseios e as aspirações da classe que detém controle econômico e político. Esse processo materializa-se no terreno social mediante a atividade dos denominados por Gramsci (2016) de organismos privados de hegemonia,

⁷ Pacheco (2018, p. 115) ainda destaca o papel da mídia “contra hegemônica” nas ocupações de 2016. De acordo com a autora, essa mídia “teve papel importante na difusão de informações sobre as ocupações, com dados em relação ao número de colégios ocupados no Estado, bem como com debates acerca da MP 746 que foram utilizados como base informativa nas próprias ocupações” (PACHECO, 2018, p. 115).

os quais são representados por instituições como a igreja, as escolas, os sindicatos e os meios de comunicação de massa. Estes atuam como organizadores da cultura de uma época, dando legitimidade às ideologias dominantes de modo a transformá-las em concepções que se tornam verdadeiras em determinadas conjunturas históricas (GRAMSCI, 2016).

Para Gramsci (2016, p. 94), a sociedade civil contribui para a uniformização do “mesmo modo de pensar e agir”. Para que isso ocorra, as ideias, os pressupostos e as concepções são lançadas no cotidiano das pessoas de modo que se tornem um novo senso comum. Na visão do filósofo sardo, a imprensa faz parte da “estrutura ideológica da classe dominante” (GRAMSCI, 2001, p. 72) que organiza materialmente as concepções que dão sustentação a um projeto político.

Segundo Gramsci (2016, p. 83),

[...] as ideias e as opiniões não nascem espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade.

Desse modo, as ideias lançadas no terreno social não são neutras. Ao contrário, elas podem ser identificadas como produções sociais que precisam ser constantemente retroalimentadas, difundidas e validadas para que se tornem hegemônicas e, assim, possam contribuir para a conservação do modo de produção vigente. Os meios de comunicação de massa, em especial a mídia escrita, lançam mão de pressupostos fundamentais para a validação de interesses que se alinham à manutenção da hegemonia vigente. Liguori e Voza (2017, p. 448) afirmam, a partir do pensamento gramsciano, que os jornais integrariam “[...] uma modalidade específica de atividade intelectual, como atividade que se remete a um importante aparelho hegemônico, decisivo para a criação do senso comum”.

Para Gramsci (2014, p. 375), o Estado, como síntese da sociedade civil e sociedade política, exerce o papel de “ordenador da ideologia”, portanto, interfere na opinião pública validando determinado pensamento.

O que se chama de opinião pública, está estritamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre consenso e força. O Estado quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil (GRAMSCI, 2016, p. 269).

A construção da opinião pública, desse modo, tem ampla relação com a perpetuação e a consolidação da hegemonia. Os jornais e os meios de comunicação de

massa são engrenagens importantes para que essa relação ganhe materialidade junto à coletividade, visto que:

A opinião pública é conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (GRAMSCI, 2016, p. 269).

Nesse sentido, os elementos que norteiam a ação dos jornais, revistas e demais meios de comunicação, dão plasticidade à ideologia de uma classe em particular. Os jornais propagam informações com vistas a criar um novo “senso comum”, “[...] criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo, renovando e, em última instância, introduzindo novos lugares comuns” (GRAMSCI, 2001, p. 208). A criação desse novo “senso comum”, por vezes, é realizado de modo muito sutil, uma vez que o discurso que o sustenta é harmônico, dotado de coerência e sentido, o que faz com que as massas o reproduzam sem ao menos se darem conta que estão sendo manipuladas por um estrato social que detém o controle dos meios de comunicação de massa.

Desse modo, tendo por base as considerações gramscianas sobre o alinhamento dos meios de comunicação para a construção do consenso necessário para a primazia e a hegemonia de um determinado grupo, procuramos, nas próximas reflexões, evidenciar o posicionamento adotado pelo Jornal “Gazeta do Povo” em relação às ocupações escolares de 2016.

5 O POSICIONAMENTO DO JORNAL “GAZETA DO POVO” SOBRE AS OCUPAÇÕES ESCOLARES DE 2016

Para identificar qual foi o posicionamento adotado pelo Jornal “Gazeta do Povo” nas ocupações escolares de 2016, é importante destacar que, em tal contexto, o jornal adotou como sistemática de trabalho a perspectiva de jornal de informação e de opinião. Para Gramsci (2001, p. 243), os “jornais de informação” têm como objetivo a transmissão de informes e notícias de modo a oferecer a “[...] seus leitores, ordenados e separados, os juízos sobre os eventos em curso”, e os “jornais de opinião” alinham-se ao propósito de “[...] reafirmar os próprios pontos de vista, para detalhá-los, para apresentar, em contraditório, todas as suas facetas e toda a casuística”. Desse modo, a atividade ideológica assume o caráter didático e explicita-se na repetição mecânica das opiniões sobre determinados fatos ou eventos (GRAMSCI, 2001).

Na ocasião das ocupações escolares de 2016, a “Gazeta do Povo” publicou, em sua página digital, 94 matérias jornalísticas (entre notícias, artigos de opinião e reportagens) sobre o tema em questão. A primeira foi publicada no dia 7 de outubro, o que revela que, inicialmente, não houve ênfase nas ocupações, uma vez que a primeira ocupação ocorreu em 3 de outubro. Das 94 publicações sobre o assunto, em 2016, ocorreram 62 publicações no mês de outubro, 29 em novembro e 1 em dezembro; em 2017, houve apenas uma publicação nos meses de janeiro, maio e novembro, respectivamente; e, em 2018, ocorreu uma publicação no mês de maio.

A partir da leitura integral do conteúdo dessas publicações, localizamos um conjunto de temáticas que se aproximavam em relação aos assuntos tratados. Esse procedimento, possibilitou localizarmos 5 categorias temáticas nas publicações do jornal, as quais estão contempladas na Tabela 1.

TABELA 1. Temáticas e quantidade de publicações sobre as Ocupações Estudantis de 2016 no Jornal “Gazeta do Povo”

Temáticas	Quantidade	Porcentagem
Desdobramento das ocupações	43	45%
Discursos e posicionamentos pró-desocupação	23	24%
Informações gerais sobre as ocupações	16	17%
Partidarização das ocupações	7	8%
Posicionamentos favoráveis às ocupações	5	6%
Total	94	100%

Fonte: Dados da Pesquisa. Organizados pelas autoras (2019).

Conforme é possível evidenciar na Tabela 1, as publicações versaram tanto como opinião quanto informação. No entanto, a análise das publicações evidencia a formação de opinião em detrimento de uma perspectiva informativa, visto que os conteúdos dos textos indicavam perspectivas opinativas sobre os acontecimentos em curso, e, em sua maioria, visavam indicar pontos negativos do processo de ocupações das escolas.

Na categoria “Desdobramento das ocupações”, que agregou 42 publicações, foi possível observar a presença de discursos relacionados às seguintes temáticas: estratégias adotadas pelo Governo Estadual no trato com o movimento, os impactos sociais e econômicos do movimento, a desocupação dos colégios, entre outros. Ressalta-se, nessa categoria, a centralidade dada aos transtornos sociais e educacionais decorrentes das ocupações, tais como: o remanejamento dos locais de votação das eleições municipais de 2016, com destaque à publicação intitulada *Ocupações nas escolas vão afetar 52% dos eleitores paranaenses no segundo turno* (TRISOTO, 2016a),

que evidenciava a utilização de um supermercado como local de votação; e a possibilidade de cancelamento e a mudança das datas para a realização das provas do Exame Nacional do Ensino Médio - (ENEM) em razão das ocupações estudantis. Tais temas foram amplamente explorados em várias publicações⁸, de modo a focar que a manutenção das ocupações prejudicaria os jovens que realizariam o ENEM naquele ano.

Outra estratégia utilizada pelo jornal foi a construção de um consenso social ancorado no argumento dos transtornos decorrentes das ocupações. Para tanto, foram apresentados dados que exploravam os custos e prejuízos financeiros resultantes das ocupações:

As ocupações de escolas estaduais devem custar ao bolso do paranaense pelo menos R\$ 5,8 milhões. A conta dos protestos leva em consideração gastos com a mudança de locais de votação no segundo turno da eleição e adiamento das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para 43.618 inscritos. Ficam fora desse cálculo os custos adicionais que a Secretaria de Estado da Educação (Seed) terá com a reposição de 22 dias letivos e itens como merenda e transporte escolar, além de água e luz gastas em escolas funcionando 24 horas, durante o período de ocupação. No ano passado, para repor 47 dias de aulas perdidos devido à greve de professores, as despesas extras do governo alcançaram R\$100 milhões (LUCIANO, 2016, n.p.).

O enfoque dado pelo jornal para os possíveis “prejuízos” aos cofres públicos decorrentes das ocupações configura um estratagema para municiar as opiniões, críticas e pontos de vistas contrários às reivindicações juvenis, contribuindo para construção de uma imagem negativa das ocupações. Essas críticas ganharam maior visibilidade em cinco notícias⁹ que anunciaram a morte de um estudante em uma escola ocupada em Curitiba. Essas notícias, além de explorarem o ocorrido, também cederam voz aos sujeitos que se opunham ao movimento, conforme observamos no trecho:

O secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná (Sesp), Wagner Mesquita, afirmou nesta segunda-feira (24) que a morte do jovem de 16 anos dentro de uma escola ocupada em Santa Felicidade, em Curitiba, foi uma “tragédia presumida” e fez um apelo para que os jovens que estão ocupando os colégios estaduais se sensibilizem e deixem as instituições de ensino. Um colega

⁸As publicações citadas são: Manutenção de ocupações pode deixar ENEM de 72 mil inscritos para outra data no PR (LUCIANO; DRECHSEL; ANÍBAL, 2016), Vai fazer ENEM? Entenda como você poderá ser afetado pelas ocupações das escolas (GAZETA DO POVO, 2016a); No Paraná, ocupações deixam 41 mil alunos para a segunda chamada no ENEM (SCORTECCI, 2016a), Por causa das ocupações, MPF pede a suspensão do ENEM em todo país. (GAZETA DO POVO, 2016b).

⁹ As reportagens são: *Adolescente é encontrado morto dentro de escola ocupada em Curitiba* (BORDIN et al., 2016), *Morte em escola ocupada foi uma tragédia presumida: diz secretário de segurança* (BORDIN, 2016a) e *Aliados do governo avaliam que morte de aluno deve esvaziar ocupações* (GALINDO, 2016a), publicadas no dia 24 de outubro; *Ocupações perdem força em colégio onde menino foi encontrado morto* (KADANUS, 2016) e *Líderes de ocupações devem ser responsabilizados por morte de adolescente, diz Richa* (DRECHSEL; GARCIA, 2016), publicadas no dia 25 de outubro.

do adolescente, de 17 anos, é suspeito pelo assassinato e foi apreendido. O Colégio Estadual Santa Felicidade foi desocupado na noite de segunda. “Eu espero que esse caso sirva de exemplo e esse movimento recue. Espero que os pais se responsabilizem pelos seus filhos”, disse o secretário (BORDIN, 2016a, n.p.).

O trecho selecionado revela a tentativa de desqualificar o movimento perante a opinião pública e chamar a atenção da sociedade civil para a possível falta de segurança dentro das escolas ocupadas. O jornal “Gazeta do Povo” foi um veículo importante para essa empreitada e, isso se explicita, com maior evidência na categoria temática “Discursos e posicionamentos pró-desocupação”, na qual foram organizadas 23 reportagens cujo objetivo foi dar voz aos sujeitos que eram favoráveis à desocupação das escolas, conforme é possível perceber na cessão de espaço ao então Governador do Estado, Beto Richa:

Richa afirmou que se trata de um movimento de minoria que está prejudicando a educação, o segundo turno das eleições e que pode vir a prejudicar o Enem, caso as escolas continuem ocupadas. “O estranho é que só no estado do Paraná que teve uma invasão tão expressiva de escolas”, disse o governador. “Está na hora de pararem com essa brincadeira”, completou. (BORDIN, 2016b, n.p.)

A declaração é reveladora, pois, por meio da utilização do termo “invasão de escolas”, o governador classificou o movimento como um ato desordeiro que estaria prejudicando o andamento da educação no Estado, além de classificar os jovens, inseridos no movimento, como alienados, uma vez que, segundo o político, tratava-se de uma “brincadeira”, em outras palavras, de um movimento vazio e desprovido de uma pauta séria de reivindicações.

Além do evidente alinhamento ao governo do Estado, o Jornal “Gazeta do Povo” também emprestou suas páginas para que o MBL tecesse duras críticas às ocupações. Na publicação intitulada *A quem interessam as invasões das escolas* (LINTZ, 2016), o jornal cedeu espaço para que o estudante Felipe Lintz, que na época era coordenador nacional do MBL, advogasse em favor da PEC 241, da reforma do Ensino Médio e da desocupação das escolas. A Gazeta do Povo, ainda, expôs as opiniões relacionadas às ocupações do estudante Patrick Ignaszewski, porta voz do movimento Desocupa Paraná (ABDALLA, 2016).

Não restam dúvidas que o Jornal em análise agiu para desqualificar o movimento de ocupações perante a sociedade e fomentar consensos que alimentavam pontos de vistas que compreendem o jovem como alienados e que suas reivindicações seriam infundadas. Assim sendo, as mobilizações juvenis não poderiam ser consideradas um

movimento, mas “invasões”, conforme argumentou nas páginas do Jornal Gazeta do Povo, o analista político Flavio Morgenstern:

[...] uma escola é invadida quando um grupo estranho a seu corpo de frequentadores toma a escola à força, com objetivos completamente alheios ao seu fim, usando de violência para impedir a presença alheia – sejam professores, alunos e funcionários ou outras pessoas –, sequestrando-a para propósitos particulares do grupo que a invade, à revelia e prejuízo da sociedade, que arca pela escola, e daqueles que ela concordou em custear para aprimorar seu destino (MORGENSTERN, 2016, on-line).

Os fragmentos analisados e apresentados na categoria “Discursos e posicionamentos pró-desocupação” ressaltam que o Jornal foi porta voz das ideologias direcionadas ao objetivo de desmobilização e de enfraquecimento das ocupações escolares. Contudo, é importante também considerar que o Jornal também concedeu espaço para posicionamentos favoráveis às ocupações, embora tenham sido publicadas apenas cinco matérias com tal finalidade¹⁰. Estas foram enquadradas na categoria temática “Posicionamentos favoráveis às ocupações”.

Nos textos *Cinco apontamentos sobre as ocupações das escolas* (GALINDO, 2016c) e *A ocupação das escolas é legítima e democrática, antidemocrática é a MP* (GALINDO, 2016d), Rogerio Waldrigues Galindo destaca que as discussões sobre as ocupações deveriam sempre iniciar com o seguinte questionamento “[...] a meninada tem ou não tem motivo para protestar?” (GALINDO, 2016d, n.p.) e a partir disso, desenvolver reflexões sobre as razões que motivaram os protestos estudantis.

Após repercussão do discurso da aluna Ana Júlia na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - ALEP, o Jornal “Gazeta do Povo” realizou uma matéria, na qual a jovem defendeu as ocupações, teceu considerações críticas em relação às políticas do Governo Federal que motivaram a luta dos secundaristas. (ANÍBAL, 2016). Em outra matéria, Scortecci (2016b) aventou sobre a presença da estudante Ana Júlia em audiência pública organizada pela Comissão dos Direitos Humanos, no Senado Federal em Brasília, e salientou trechos do discurso em que a jovem teceu críticas à PEC do teto dos gastos e à MP do Ensino Médio e denunciou a repressão violenta que o movimento vinha sofrendo por parte de grupos contrários às ocupações. Por último, em *Grupo de professores da UFPR lança nota de apoio as ocupações* (GALINDO, 2016b), além de noticiar sobre a divulgação de uma carta pública em apoio às ocupações, escrita pelos

¹⁰ Trata-se das publicações *Grupo de professores da UFPR lança nota de apoio às ocupações* (GALINDO, 2016b), *Conheça a aluna que discursou na Assembleia Legislativa em defesa da ocupação das escolas* (ANÍBAL, 2016), *No Senado, Ana Júlia afirma que movimentos contrários às ocupações usam táticas abusivas* (SCORTECCI, 2016b), *5 apontamentos sobre as ocupações nas escolas* (GALINDO, 2016c), *A ocupação das escolas é legítima e democrática, antidemocrática é a MP* (GALINDO, 2016d).

professores da Universidade Federal do Paraná - (UFPR), também divulgou na íntegra o conteúdo da carta.

É importante destacar que, o conjunto de matérias e editoriais que expressam os posicionamentos favoráveis às ocupações representam a minoria das publicações realizadas pelo Jornal “Gazeta do Povo” sobre o tema e que das 05 reportagens enquadradas na categoria em questão, 03 são assinadas por Rogério Galindo, jornalista que conforme abordamos neste artigo, foi demitido, após 18 anos de serviços prestados ao jornal, por assumir um posicionamento crítico em relação às políticas radicais conservadoras atualmente em curso no Brasil.

No que se refere às ocupações de 2016, os achados de pesquisa evidenciam que o Jornal “Gazeta do Povo” cedeu maior espaço aos sujeitos ou às instituições que eram contrários às ocupações. Ao oportunizar a realização de críticas, de denúncias ou de criminalizações dos protestos juvenis, os quais, em muitos casos, davam-se sem o direito de resposta dos líderes das ocupações ou, até mesmo, sobrepunham-se às notícias e aos informes do próprio movimento, o jornal corroborou seu compromisso com a validação de ideologias alinhadas com a conservação da hegemonia e a ordem social em vigor.

Outro ponto de destaque dado pelo Jornal foi a vinculação do movimento de ocupações a partidos políticos. Na categoria temática “Partidarização das ocupações”, houve sete publicações¹¹, nas quais o jornal abriu espaço para que diferentes sujeitos colocassem em xeque a autonomia dos ocupas. Nessa categoria, destaca-se a seguinte publicação: *Ana Júlia: a menina que pensa pensar por conta própria, mas repete como papagaio o discurso de seus líderes* (CONSTANTINO, 2016), na qual o autor atacou o posicionamento político da jovem e colocou em xeque a autonomia e a desvinculação do movimento a partidos políticos:

O mais triste nisso tudo é que essa garota ACHA MESMO que pensa por conta própria, que possui senso crítico, que é “politicamente consciente”, e não percebe que é um PAPAGAIO dos professores de esquerda, que repete um monte de slogans prontos, nada mais. Suas frases são exatamente iguais às dos sindicalistas, dos líderes de “movimentos estudantis” Brasil afora, dos políticos do PSOL, do PT. Que baita coincidência! (CONSTANTINO, 2016, on-line, grifos do autor).

¹¹ As matérias em questão são: *Ana Júlia: a menina que pensa pensar por conta própria, mas repete como papagaio o discurso dos seus líderes* (CONSTANTINO, 2016), *Ana Júlia, a líder das ocupações assina filiação ao PT* (MARTINS, 2017), *Em Brasília, Beto Richa afirma que ocupações tem viés político e partidário* (SCORTECCI, 2016c), *Estudantes do PR cogitam suspender as ocupações nos dias do ENEM* (BORDIN; SCORTECCI, 2016), *Lula encontra Ana Júlia, a estudante que virou símbolo das ocupações no PR* (GALINDO, 2017), *Dilma elogia publicamente estudante que defendeu ocupações no Paraná* (GALINDO, 2016e), *Richa diz que ocupações de escolas são ligadas a partidos de extrema esquerda* (MARCHIORI, 2016).

Em publicações posteriores¹², o Jornal assumiu posicionamento mais explícito sobre a questão da partidarização das ocupações. Dessa vez mirando no Partido dos Trabalhadores - (PT), o jornal produziu matérias que poderiam levar ao entendimento sobre a existência de vínculos políticos e partidários entre as reivindicações juvenis. Em uma dessas publicações reproduziu texto publicado no perfil do *Facebook* da ex-presidente da república Dilma Rousseff, com elogios às ocupações e ao discurso da estudante Ana Júlia na ALEP. A centralidade dada a esses fatos evidencia que o Jornal endossou os discursos que desconsideravam a autonomia dos ocupas e o caráter apartidário do movimento, o que, de certo modo, contribuiu para tirar o foco de discussão sobre as pautas de reivindicações juvenis e jogar luz sobre a partidarização do movimento. A vinculação das ocupações ao Partido dos Trabalhadores converteu-se em estratégia para colocar a opinião pública contra o movimento.

No processo de desqualificação das ocupações realizado por diversos segmentos da sociedade civil e da sociedade política, por movimentos conservadores como o MBL e o Desocupa Paraná e endossados e validados pelo Jornal “Gazeta do Povo”, os leitores foram considerados como sujeitos “dúcteis” e “maleáveis” (GRAMSCI, 2001, p. 247). Desse modo, é possível inferir que, em tal conjuntura, a atividade jornalística se converteu em um elemento eficaz para moldar e alinhar o pensamento em conformidade com as ideologias dominantes.

Gramsci (2001) auxilia-nos para o entendimento de como as ideologias dominantes são cimentadas no terreno social por meio da atividade jornalística. Para o filósofo, as publicações organizadas didaticamente se convertem em meios para educar a construção de um consenso alinhado a princípios comprometidos tanto com a construção ou com a manutenção de um determinado modelo de sociedade.

O espaço cedido pelo Jornal para que o governador do estado expusesse seu posicionamento sobre as ocupações ratifica que, na conjuntura em análise, o Jornal atuou em consonância com os interesses particulares do Estado e da classe dominante; assim, converteu-se em um instrumento para a validação das ideologias e das concepções postas por essa instituição política e por essa classe em particular junto às massas. Desse modo, verificamos que o alinhamento da sociedade civil pelo Jornal “Gazeta do Povo” ultrapassou a objeção explícita ao movimento de ocupações estudantis e fortaleceu o apoio às políticas do Governo Federal.

¹² *Dilma elogia publicamente estudante que defendeu ocupações no Paraná* (GALINDO, 2016e), *Lula encontra Ana Júlia, a estudante que virou símbolo das ocupações no PR* (GALINDO, 2017) e *Ana Júlia, a líder das ocupações assina filiação ao PT* (MARTINS, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Gramsci (2015, p. 38), a atividade jornalística encontra fundamento tanto na construção da opinião pública, como também na criação de “[...] movimentos ocasionais de opinião pública [...]”, os quais “[...] devem manter acesos até a obtenção de determinados objetivos e, em seguida, se deixam enfraquecer e morrer”. Em tal perspectiva, a opinião pública não é, portanto, descolada ou isenta dos interesses imediatos ou políticos, mas se sustenta na articulação entre sociedade civil e sociedade política, entre o consenso e a força (GRAMSCI, 2016).

Para sustentar esses argumentos, Gramsci (2016, p. 265) expõe que o “[...] Estado quando quer iniciar uma ação pouco popular cria preventivamente a opinião pública adequada” e, assim sendo, a “[...] opinião pública é o conteúdo político da vontade política” e, por isso, “[...] existe uma luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública”, dentre os quais o autor cita os jornais.

A atividade jornalística faz parte da superestrutura ideológica da classe dominante na medida em que auxilia para que a sociedade estruturalmente conserve as bases hegemônicas que a sustentam. Nessa perspectiva, a ideologia não está descolada dos aspectos econômicos e políticos e, assim sendo, as ideias, as concepções e os pressupostos de determinada conjuntura (superestrutura) seriam a expressão das forças produtivas (estrutura) dessa mesma conjuntura.

Em se tratando das ocupações escolares de 2016, o Jornal “Gazeta do Povo” alinhou-se às ideologias defendidas pela classe dominante, visto que construiu uma narrativa que privilegiou os argumentos do Governo, dos movimentos conservadores e dos sujeitos individuais contrários ao processo de ocupações. Ao dar voz a esses sujeitos, o jornal paranaense contribuiu para a construção de um consenso social de que as ocupações estavam prejudicando a ordem da sociedade e o desenvolvimento da educação. As narrativas construídas ainda induziam o entendimento de que os jovens que integravam as ocupações eram “baderneiros”, “alienados” e manipulados por partidos políticos. Esses rótulos auxiliaram para que houvesse a manipulação da opinião pública em torno da temática das ocupações.

Os rótulos dados, as narrativas e os consensos implícitos nas opiniões sobre as ocupações desconsideraram que a palavra “ordem” é subjetiva, uma vez que remete à “conservação das instituições políticas” (GRAMSCI, 2004, p. 77); logo, é na desordem que reside a possibilidade de rompimento com a fictícia e ilusória harmonia sob a qual se baseia a sociedade dividida em classes.

As ocupações, além de colocarem em xeque as políticas do Governo Federal, também denunciaram que a propalada equidade, igualdade e qualidade da educação se constitui em falácia. A “desordem” fez emergir os debates sobre os velhos problemas enfrentados em uma sociedade antagônica, dividida em classes sociais e evidenciou como a classe dominante se mobiliza e manipula informações em prol de seus interesses.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, S. Conheça o estudante que também discursou na Assembleia legislativa e é contra as ocupações. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 out. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/conheca-o-estudante-que-tambem-discursou-na-assembleia-legislativa-e-e-contra-as-ocupacoes-15gf22tk37v6nxb63leuo8va3/>. Acesso em: 12 set. 2018.

ANÍBAL, F. Conheça a aluna que discursou na Assembleia Legislativa em defesa da ocupação das escolas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 out. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/conheca-a-aluna-que-discursou-na-assembleia-legislativa-em-defesa-da-ocupacao-das-escolas-cau79btngx9wd6ku73gjcio2/>. Acesso em: 12 set. 2018.

BATISTELLA, A. O paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista eletrônica história em reflexão**, Dourados, v. 06, n. 11. p. 01-13, jan./jun. 2012.

BORDIN, L. B. Morte em escola ocupada foi uma tragédia presumida. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 out. 2016a. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/morte-em-escola-ocupada-foi-uma-tragedia-presumida-diz-secretario-de-seguranca-eb3rof2z0fmjb3p9ygli38wia/>. Acesso em: 12 set. 2018.

BORDIN, L. B. Ao votar Richa critica as ocupações: está na hora de pararem com essa brincadeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 out. 2016b. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/ao-votar-richa-critica-ocupacoes-esta-na-hora-de-pararem-com-essa-brincadeira-1vow1016t3jaihgh82uohj53m/>. Acesso em: 12 set. 2018.

BORDIN, L. *et al.* Adolescente é encontrado morto dentro de escola ocupada em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 out. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/adolescente-e-encontrado-morto-dentro-de-escola-ocupada-em-curitiba-awtqoc4ieg953jllhvxv946glu/>. Acesso em: 12 set. 2018.

BORDIN, L.; SCORTECCI, C. Estudantes do PR cogitam suspender as ocupações nos dias do ENEM. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 out. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/estudantes-do-parana-cogitam-suspender-ocupacoes-nos-dias-do-enem-dkga4gei4nc9cmbax3xvwdqav/>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2016a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 18 jul. 2018. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional Nº 241/2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília: Câmara dos Deputados, [2016b]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 18 jul. 2018. Acesso em: 12 set. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, n. 74, mar. 2006, pp. 25-45.

CONSTANTINO, R. Ana Júlia: a menina que pensa pensar por conta própria, mas repete como papagaio o discurso dos seus líderes. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 out. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/ana-julia-menina-que-pensa-pensar-por-conta-propria-mas-repete-como-papagaio-o-discurso-de-seus-lideres/>. Acesso em: 12 set. 2018.

D'ÁVILA, R. A. **Lute como uma menina:** as jovens nas ocupações das escolas públicas de Ensino Médio do Distrito Federal no ano de 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DRECHSEL, D.; GARCIA, E. L. Líderes de ocupações devem ser responsabilizados por morte de adolescente, diz Richa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 out. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lideres-das-ocupacoes-devem-ser-responsabilizados-por-morte-de-adolescente-diz-richa-aodrx4cpped7hry4cfsuyfeky/>. Acesso em: 12 set. 2018.

FÁVERO, M. de L. A. **UNE em tempos de autoritarismo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

FNJ. Federação Nacional dos Jornalistas. **Demissão de Rogério Galindo viola liberdade de manifestação e pensamento.** São Paulo: 06 de novembro de 2018. Disponível em: <https://fenaj.org.br/demissao-de-rogerio-galindo-viola-liberdade-de-manifestacao-e-pensamento/>. Data de acesso: 16 de maio de 2020.

GALINDO, R. Aliados do governo avaliam que morte de aluno deve esvaziar ocupações. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 out. 2016a. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/aliados-do-governo-avaliam-que-morte-de-aluno-deve-esvaziar-ocupacoes/>. Acesso em: 12 set. 2018.

GALINDO, R. Grupo de professores da UFPR lança nota de apoio as ocupações. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 nov. 2016b. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/grupo-de-professores-da-ufpr-lanca-nota-de-apoio-as-ocupacoes/>. Acesso em: 12 set. 2018.

GALINDO, R. 5 apontamentos sobre as ocupações nas escolas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 out. 2016c. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/colunistas/caixa-zero/5-apontamentos-sobre-as-ocupacoes-nas-escolas-288pwtearuit128vu277u1svb/>. Acesso em: 12 set. 2018.

GALINDO, R. A ocupação das escolas é legítima e democrática, antidemocrática é a MP. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 out. 2016d. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/a-ocupacao-das-escolas-e-legitima-e-democratica-antidemocratica-e-a-mp/>. Acesso em: 12 set. 2018.

GALINDO, R. Dilma elogia publicamente estudante que defendeu ocupações no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 out. 2016e. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/dilma-elogia-publicamente-estudante-que-defendeu-ocupacoes-no-parana/>. Acesso em: 12 set. 2018.

GALINDO, R. Lula encontra Ana Júlia, a estudante que virou símbolo das ocupações no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jan. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/lula-encontra-ana-julia-a-estudante-que-virou-simbolo-das-ocupacoes-no-parana/>. Acesso em: 12 set. 2018.

GAZETA DO POVO. Vai fazer ENEM? Entenda como como você poderá ser afetado pelas ocupações das escolas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 out. 2016a. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/enem/vai-fazer-o-enem-entenda-como-voce-podera-ser-afetado-pelas-ocupacoes-das-escolas-4r2vvuysoykn30q2bmx8r3dea/>. Acesso em: 12 set. 2018.

GAZETA DO POVO. Por causa das ocupações MPF pede a suspensão do ENEM em todo país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 nov. 2016b. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/enem/por-causa-de-ocupacoes-mpf-pede-suspensao-do-enem-em-todo-o-pais-7pdp7yseqcmdkcxww1nvx7nmj/>. Acesso em: 12 set. 2018.

GAZETA DO POVO. Líderes das ocupações devem ser responsabilizados pela morte de adolescente, diz Richa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 out. 2016c. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lideres-das-ocupacoes-devem-ser-responsabilizados-por-morte-de-adolescente-diz-richa-aodrx4cppsd7hry4cfsuyfky/>. Acesso em: 12 set. 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

GROPPO, L. A. Novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, A. A. F.; GROppo, L. A. (orgs.). **Movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018. p. 85-117.

KADANUS, K. Ocupações perdem força em colégio onde menino foi encontrado morto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 out. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ocupacoes-perdem-forca-na-regiao->

[de-colegio-onde-menino-foi-encontrado-morto-agt3j0t9ea5v0hsi9lxb7sx3m/](#). Acesso em: 12 set. 2018.

LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, M. R. D. V.; FERNANDES, J. C.; DALLA COSTA, R. M. Os leitores da Gazeta do Povo diante de um jornal em desmaterialização. **E- compôs** (Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação), v. 22, p. 1-23, jan./dez 2019.

LINTZ, F. A quem interessam as invasões das escolas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 out. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/a-quem-interessam-as-invasoes-de-escolas-c3ax954u8epzcd8dxv8amth0gi/>. Acesso em: 12 set. 2018.

LUCIANO, A. Ocupações no Paraná deixam conta de pelo menos 5,8 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 nov. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ocupacoes-no-parana-deixam-conta-de-pelo-menos-r-58-milhoes-8s0wvl6ca66hm5jucbuyneqxr/>. Acesso em: 12 set. 2018.

LUCIANO, A.; DRECHSEL, D.; ANÍBAL, F. Manutenção de ocupações pode deixar ENEM de 72 mil inscritos para outra data no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 out. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/manutencao-de-ocupacoes-pode-deixar-enem-de-72-mil-inscritos-para-outra-data-no-parana-5tuxwdbm7uc48zrrqdseey4k2/>. Acesso em: 12 set. 2018.

MARCHIORI, R. Richa diz que ocupações de escolas são ligadas a partidos de extrema esquerda. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 nov. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/richa-diz-que-ocupacoes-de-escolas-sao-ligadas-a-partidos-de-extrema-esquerda-6ccybvybchmrjx022p5ftukhr/>. Acesso em: 12 set. 2018.

MARTINS, C. Ana Júlia a líder das ocupações assina filiação ao PT. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 maio. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/certas-palavras/ana-julia-lider-das-ocupacoes-de-escolas-se-filia-ao-pt/>. Acesso em: 12 set. 2018.

MARTINS, R, M. **Como a Gazeta do Povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e virou a porta voz do Brasil de Bolsonaro**. The Intercept Brasil. 10 de novembro de 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/12/09/gazeta-do-povo-quinada-direita-bolsonaro/>. Data de acesso: 16 maio de 2020.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDES, JR., A. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORGENSTERN, F. Não são ocupações de escolas, são invasões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 nov. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/nao-sao-ocupacoes-de-escolas-sao-invasoes-agwyj45jk7bgrnsporp6qw8qn/>. Acesso em: 12 set. 2018.

OCUPA PARANÁ. **Nosso maior número foi**. 2016. Disponível em: <http://ocupaparana.org/>. Acesso em: 28 out. 2018.

PACHECO, C. S. **Ocupar e resistir**: as ocupações das escolas públicas como parte do ciclo atual de mobilização juvenil no Brasil. 2018. 271 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

POERNER, A. J. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 1964. Campinas, Alínea, 2008.

SANTOS, L. J dos. **Ofertas e modos de apropriação dos comentários dos leitores nos jornais Diário dos Campos e Gazeta do Povo**. 2015. 174 f. Dissertação. (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SCORTECCI, C. No PR, ocupações deixam 41 mil alunos para a “segunda chamada” no ENEM. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 nov. 2016a. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/enem/no-pr-ocupacoes-deixam-41-mil-alunos-para-segunda-chamada-do-enem-0nkwwh64dze3qyni38c389wez/>. Acesso em: 12 set. 2018.

SCORTECCI, C. No Senado, Ana Júlia afirma que movimentos contrários as ocupações usam “táticas abusivas”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 out. 2016b. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/no-senado-ana-julia-afirma-que-movimentos-contrarios-as-ocupacoes-usam-taticas-abusivas-22suexoi7q3txu1a6y8welp3v/>. Acesso em: 12 set. 2018.

SCORTECCI, C. Em Brasília, Beto Richa afirma que ocupações tem viés político e partidário. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 out. 2016c. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/em-brasilia-beto-richa-afirma-que-ocupacoes-tem-vies-politico-e-partidario-7cpsn9aubhkm0xxrux5hrxwmf/>. Acesso em: 12 set. 2018.

UBES. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. **UBES divulga a lista das escolas ocupadas e pauta das mobilizações**. 11 out. 2016. Disponível em: <http://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>. Acesso em: 28. out. 2018.

TRISOTTO, F. Ocupações nas escolas vão afetar 52% dos eleitores paranaenses no segundo turno. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 out. 2016a. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/ocupacoes-nas-escolas-vao-afetar-52-dos-eleitores-paranaenses-no-segundo-turno-en3n7dqjbe119fh9b88yqq2aa/>. Acesso em: 12 set. 2018.

TRISOTTO, F. Transtornos das ocupações criam super local de votação em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 out. 2016b. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2016/transtornos-das-ocupacoes-criam-super-local-de-votacao-em-curitiba-clguydy0xheuag9zrdtqkh3m/>. Acesso em: 12 set. 2018.